

AS RELAÇÕES ENTRE MONARQUIA, NÚCLEO ARISTOCRÁTICO E ARISTOCRACIAS LOCAIS E REGIONAIS NO REINO DOS VIDIGODOS (SÉCULOS V E VI)

Diogo Cómitre – Professor do IFSP, mestre e doutorando do Programa de História Social da Universidade de São Paulo. E-mail: diogo.comitre@usp.br

Resumo: O objetivo de nosso artigo é discutir as relações entre a monarquia, o núcleo aristocrático e as aristocracias locais e regionais do Reino dos Visigodos entre os séculos V e VI. Analisaremos a organização política dos visigodos no Reino de Toulouse e as consequências da derrota na Batalha de Vouillé para o poder político estabelecido. Também abordaremos as relações entre os grupos citados durante o período de dominação ostrogoda.

Palavras-chave Aristocracias. Monarquia. Visigodos.

A disputa franco-gótica pela hegemonia das Gálias culminou em um grande enfrentamento militar, em 507, durante a Batalha de Vouillé, próximo de Poitiers (MARTIN, 1995, p. 370), no qual os francos, aliados aos burgúndios, invadiram a maior parte do Reino dos Visigodos na Gália, tomando Toulouse e chegando até Barcelona (*Chronica Gallica*, pp. 665-666). As perdas territoriais dos visigodos só não foram piores “graças à intervenção armada dos ostrogodos, que invadiram a Provença em 508 e obrigaram Clodoveu a retirar-se da Septmânia” (COLLINS, 2005, p. 31), que permaneceu como o único território dos visigodos na Gália. Após a derrota para os francos e a perda dos territórios galos entre 507 e 508, os visigodos instalaram-se definitivamente na Península Ibérica, “estabelecendo sua capital em Toledo” (MARTIN, 1995, p. 370).

Podemos compreender a derrota visigoda a partir do contexto de instabilidade política vivida pelo Reino de Toulouse no período que antecedeu o enfrentamento militar. Roger Collins cita um período de instabilidade política, na década de 490, ao analisar as anotações da *Consularia Caesaraugustana*, que

revelam tentativas de estabelecimento de tiranias locais, como no caso de Burdunellos, em 496, e de Pedro, em Dertosa (COLLINS, 2005, pp.29-30). Em ambos os casos a documentação cita repressões violentas aos movimentos, além da humilhação pública dos líderes das revoltas. Os exemplos citados mostram que durante o final do século V aristocracias locais ou regionais¹ questionavam, em alguns momentos, o poder político da monarquia e da aristocracia dirigente que formava a corte em Toulouse, o que parece indicar que “a autoridade do rei visigodo na *Hispania* estava longe de encontrar-se estabelecida de uma maneira ampla e segura” (COLLINS, 2005, p. 30) no Reino dos Visigodos. Portanto, embora o número reduzido de famílias que constituíam o núcleo aristocrático visigodo, do qual derivava o monarca, possuísse relativo grau de coesão no século V, não podemos dizer o mesmo em relação as aristocracias locais ou regionais. Estas, por sua vez, tentavam, em alguns episódios, se sobreporem ao poder do rei para ampliarem o poder político que possuíam em suas regiões, rivalizando com o poder central e intentando contra o mesmo por meio de rebeliões e conspirações (COMITRE, 2022, p. 160). Castellanos também questiona a efetividade da autoridade política visigoda na *Hispania*, ao citar os movimentos de contestação do poder visigodo para ressaltar a oposição local existente no final do século V, sustentando que tais revoltas representavam uma ameaça a presença gótica nesta região (CASTELLANOS, 2020, p. 4). A repressão e a resistência de aristocracias locais é interpretada pelo autor como falta de controle político da região, o que em sua visão só teria se consolidado após o reinado de Eurico (CASTELLANOS, 2020, p. 4-5).

¹ Entendemos por aristocracias regionais grupos que adquiriram posições de poder a partir do processo de colapso do Império Romano do Ocidente e que foram incorporados à estrutura de poder do Reino dos Visigodos a partir do processo de centralização política. Castellanos admite a existência de aristocratas de vários níveis no *regnum* (Castellanos, 2020: 81). Concordamos com o autor e defendemos a existência de aristocracias locais, que viviam geralmente distantes dos centros de poder e que eram hegemônicas na localidade em que habitavam. Outros aristocratas possuíam uma influência maior, abarcando diversas cidades de uma região do reino, possuindo muitas vezes propriedades em diferentes locais e abarcando dependentes em um aspecto que extrapolava o âmbito local. Referimo-nos a esses grupos referimos como aristocracias regionais. Estudos arqueológicos mostram conexões entre esses senhores locais e regionais com os centros de poder, o que pode ser notado pela presença de artigos de luxo em localidades aparentemente marginais, além da presença de lousas com possíveis funções fiscais (Ler: Castellanos, 2020: 81).

Esses movimentos podem ter desguarnecido os territórios galos controlados pelos visigodos, que, a partir de 490, tiveram que frequentemente “deslocar importantes forças da Gália para entrar na *Hispania*, (...) deixando a parte gala do reino como um território mais vulnerável aos ataques dos francos” (COLLINS, 2005, p. 31-32). Porém, consideramos que a instabilidade política e a necessidade de combater movimentos rebeldes na Península Ibérica não deve ser apresentada como causa única e absoluta da derrota visigoda. Tais eventos fazem parte do contexto político em que ocorreu esse revés militar visigótico, contudo, dizem respeito apenas a dificuldades enfrentadas pelo poder político no Reino dos Visigodos. Portanto, consideramos que o desfecho de um enfrentamento militar é influenciado por múltiplos fatores, sendo o contexto político dos povos que se enfrentam apenas um deles. Para compreendermos a derrota dos visigodos devemos considerar também a estratégia militar utilizada por cada parte envolvida no conflito, a preparação dos exércitos, a capacidade dos chefes militares, entre outros (COMITRE, 2022, p. 163).

Com certeza a derrota visigoda trouxe consequências perniciosas para o núcleo aristocrático² e para o poder político do *regnum*, que já era questionado em algumas regiões da Península Ibérica mesmo antes da Batalha de *Vouillé*. A elite dirigente viu a situação ficar ainda mais dramática por uma consequência imediata do conflito, que foi a morte do rei Alarico em combate, o que gerou um período de instabilidade política importante entre os visigodos (COMITRE, 2022, p. 163). Afinal, consideramos que no início da Idade Média uma derrota militar tinha consequências importantes, e que, desse modo, o fracasso militar contra os francos ocasionou um período de debilidade e instabilidade (COMITRE, 2022, p. 163). Portanto, seria na Península Ibérica que os reis visigodos teriam que recompor sua debilitada autoridade (COLLINS, 2005, p. 33).

² Adotamos o termo núcleo aristocrático para nos referirmos às poucas famílias que compunham o círculo cortesão, dentre as quais geralmente era escolhido o rei. Collins afirma que esse grupo foi delineado de forma mais clara a partir de 653, quando os membros da corte passaram a assinar as atas dos concílios, mas que podemos deduzir que este grupo já existia antes da data citada (Collins, 2005: 114-115). Pelas assinaturas das atas podemos notar que esse núcleo aristocrático era formado por não mais do que duas dezenas de famílias, que formaram o grupo dominante em praticamente toda a história do Reino dos Visigodos (Collins, 2005: 114-115).

Embora os laços de *fidelitas* entre os reis e o núcleo aristocrático visigodo possuíssem algum grau de coesão durante o Reino de Toulouse, já haviam tensões perceptíveis entre aristocratas locais e o rei em várias regiões da Península Ibérica controladas pelos visigodos antes do estabelecimento da capital em Toledo. Ilustramos essa tensão, em nosso artigo, com os exemplos dos tirânicos Burdunellus e Pedro para compreendermos que durante o século V “governantes locais podiam tentar colocar-se acima do rei” (COLLINS, 2005, p. 30). Collins ainda defende outros personagens podem ter tentado estabelecer regimes locais tirânicos neste período e que tal fenômeno também esteve presente, provavelmente, nos séculos VI e VII (COLLINS, 2005, p. 30). Porém, nos concentraremos no início do século VI, tentando entender a realidade da maioria das confederações medievais para refletirmos, posteriormente, sobre o caso visigodo no período estudado. Segundo Collins:

(...) O povo constituía uma grande comitiva mista que se concentrava em torno de uma pequena elite. Esta última era formada normalmente por um núcleo aristocrático e uma família governante, cuja posição podia ser hereditária, mas que na prática dependia de sua capacidade para assumir uma áurea de êxito, sobre tudo em questões militares. O núcleo aristocrático, na maioria dos casos, afirmava possuir antepassados heroicos e reivindicava, também, para si uma posição econômica de destaque dentro da sociedade. A interdependência mútua dos membros da elite governante exigia que a casa real fosse generosa distribuindo terras, escravos, objetos de valor e outros recursos entre os nobres que a apoiavam, que por sua vez redistribuíam algo ou muito do que haviam recebido para assegurar a lealdade permanente de seus próprios apoios imediatos. O êxito nas guerras também podia desempenhar um papel crucial, já que dava oportunidades aos membros das grandes famílias de imitar as façanhas de seus heroicos antepassados, reais ou imaginárias” (COLLINS, 2005, p. 34).

A organização política dessas sociedades revela a fragilidade das primeiras confederações medievais e da própria estrutura de poder do período, já que para se sustentar no poder o monarca precisava renovar constantemente os laços de fidelidade que uniam o poder real e o núcleo aristocrático. Essa aliança eram mantidas pelos interesses compartilhados entre a família representada no poder e as que faziam parte do seletivo grupo dominante da sociedade (COMITRE, 2022, p. 165). A dinâmica de manutenção dessa *fidelitas* envolvia, inclusive, a distribuição de bens materiais e de cargos pelo monarca, como forma de recompensar àqueles que eram fiéis ao rei. Também contribuía para a conservação dessa estrutura o sucesso em campanhas militares, que era fundamental por dois aspectos principais: o primeiro se refere a questão simbólica, já que as vitórias contribuía para o resgate do imaginário dos feitos heroicos dos antepassados que legitimavam a posição de destaque dessas famílias (COMITRE, 2022, p. 165). O segundo aspecto diz respeito ao fato de que as vitórias militares também rendiam escravos, terras, e outros bens materiais que podiam ser utilizados pelo rei e pelo núcleo aristocrático para recompensar seus apoios imediatos, sustentando a teia de interdependências que fundamentava a organização política dessa sociedade (COMITRE, 2022, p. 165). Com o passar do tempo e com as conquistas militares e territoriais promovidas por reis visigodos essa estrutura torna-se ainda mais complexa, pois somamos a essas relações interdependentes as aristocracias locais e regionais que foram sendo incorporadas pelo *regnum*. Estas muitas vezes rivalizavam com o poder central, por mais que esse já tivesse alcançado um grau de coesão, na expectativa de manter posições de poder anteriores a centralização política visigoda.

Em relação ao aspecto simbólico, mencionado acima, também podemos destacar o papel do tesouro real no fortalecimento da identidade entre os membros da elite social, pois esse representava “a prova tangível da existência de uma história compartilhada” (COLLINS, 2005, p. 34), o que era fundamental para fortalecer os laços de identidade entre os que formavam o núcleo aristocrático visigodo e os demais setores da população. Em geral, acreditavam que os tesouros dos reis visigodos continham “objetos que inicialmente o imperador Tito havia tomado do templo de Jerusalém no ano 70 e que caíram nas mãos de Alarico, quando suas tropas saquearam Roma em 410” (COLLINS, 2005, p. 34-35). Desse

modo, o grande papel desses objetos era recordar o triunfo dos visigodos sobre os romanos (COLLINS, 2005, p. 35), o que investia a casa real e o núcleo aristocrático de prestígio junto ao restante da população. Por outro lado, perder qualquer tesouro dessa magnitude para inimigos que derrotassem os visigodos tinha um efeito contrário e devastador, pois “fazia publicidade desta derrota, criando também uma memória da derrota que podia perdurar através dos séculos” (COLLINS, 2005, p. 35). A consequência trazida por esses revezes era o enfraquecimento das famílias que lideraram o povo nessas campanhas militares não exitosas.

Podemos por meio da compreensão desses aspectos mensurar a instabilidade criada pela derrota militar dos visigodos nas Gálias e os efeitos perniciosos gerados para a manutenção da estrutura de poder dessa sociedade. Isso nos ajuda a entender o quão debilitada ficou a autoridade da monarquia após esse revés militar. Além da questão simbólica, a morte do rei e de uma parte importante da pequena elite social e militar (COLLINS, 2005, p. 35) no campo de batalha poderia tornar a situação ainda mais dramática, o que só não ocorreu devido a intervenção ostrogoda que evitou o esfacelamento das bases fundamentais que estruturavam essa sociedade. A esse respeito, Collins também destaca a importância do processo de fixação dos visigodos na *Hispania* na década de 490, que “impediu que a perda de Toulouse fosse o golpe catastrófico que poderia ter sido em outras circunstâncias” (COLLINS, 2005, p. 36), ou seja, caso não tivesse havido o apoio ostrogodo e não houvesse a posse dos territórios na *Hispania*. Como afirma o autor:

Apesar da desmoralização promovida pela derrota em Vouillé e da morte do rei, foi organizada a resistência contra os francos e elegeram um novo monarca, desta vez na pessoa de um filho ilegítimo de Alarico II chamado Gasaleico (COLLINS, 2005, p. 36).

Alarico II possuía um filho legítimo, porém esse ainda era muito jovem para assumir o trono, portanto, a solução encontrada pelo núcleo aristocrático para tentar superar esse momento delicado foi a eleição de um filho ilegítimo do monarca morto.

A tentativa de manutenção do poder real no contexto da crise gerada pela derrota militar frente aos francos não obteve o sucesso desejado com Gasaleico (507 – 511), que se manteve no poder por pouco tempo. O fato pode ser explicado pela influência do rei ostrogodo Teodorico, que era mais partidário de apoiar os direitos de Amalarico, o jovem irmão de Gasaleico, que era fruto do matrimônio de Alarico II com Tiudigoto, filha do monarca ostrogodo. Também nos ajuda a compreender o breve reinado de Gasaleico a derrota sofrida para os burgúndios e o saque de Narbona, que havia sido convertida em capital de seu reino (COLLINS, 2005, p. 36). Gasaleico ainda tentou retomar o trono em 513, após exílio na África, mas foi “derrotado por Iba, um dos generais de Teodorico” (COLLINS, 2005, p. 36) e executado após a derrota.

O período de dominação dos ostrogodos na Península Ibérica

Após a deposição de Gasaleico o Reino dos Visigodos foi controlado diretamente por governadores nomeados por Teodorico, rei ostrogodo. Amalarico, filho legítimo de Alarico II ainda era muito jovem para assumir as funções reais e com isso Teodorico “governou o reino por direito próprio, e não somente como regente durante a minoridade de seu neto” (COLLINS, 2005, p. 36). A informação pode ser confirmada pelas atas conciliares celebrados em Tarragona (516) e Gerona (517) (COLLINS, 2005, p. 36), nas quais são feitas menções ao rei Teodorico, que esteve à frente do trono até 522 ou 523³, sendo sucedido por seu neto Amalarico,

³ Concordamos com Collins à respeito das prováveis datas que marcam o encerramento do reinado de Teodorico na *Hispania*, hipótese assentada nas informações trazidas pelo II Concílio de Toledo, embora tenhamos conhecimento de que Santiago Castellanos apresenta como data de encerramento do reinado o ano de 526. O autor utiliza como fonte Procópio, que escreveu em Constantinopla, e defendeu que após a morte de Teodorico o poder foi dividido entre Atalarico, que governou a Itália e Amalarico que governou o Reino Gótico. CASTELLANOS, Santiago. *The Visigothic Kingdom in Iberia: construction and invention*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2020. p. 13.

segundo informações do II Concílio de Toledo (527)⁴, o que teria ocorrido mesmo “antes da morte de seu avô, em 526” (COLLINS, 2005, p. 37).

Em 531, Amalarico foi assassinado em Barcelona após um conflito com os francos, em um episódio que desperta discussões historiográficas, pois existem versões que atribuem a morte do rei aos francos e outras aos seus próprios homens (PLRE, pp. 64-65). Qualquer que tenha sido o desfecho de Amalarico é fato que sua morte marcou o fim da dinastia fundada pelo rei visigodo Teodorico I em 419, “que se proclamava descendente de Alarico I” (COLLINS, 2005, p. 37). Após o assassinato do rei, um ostrogodo chamado Teudis foi eleito rei dos visigodos e segundo Collins, o mesmo teria sido oficial da guarda pessoal de Teodorico e já havia sido nomeado por este governador de *Hispania* durante a minoridade de Amalarico (COLLINS, 2005, p. 37). O reinado de Teudis foi marcado por conflitos militares com povos estrangeiros, como os francos e os bizantinos, que invadiram territórios controlados anteriormente pelos visigodos. O monarca ostrogodo governou até 548, quando foi assassinado por razões que nunca foram explicadas (ISIDORO DE SEVILHA, 1975, pp. 238-244), marcando o fim do período ostrogodo da *Hispania*, considerado tradicionalmente, da deposição de Gesaleico até a morte de Teudis.

Collins revela a dificuldade de encontrarmos fontes contemporâneas ao período ostrogodo, citando como únicas possibilidades as obras: *Historia Francorum*, de Gregório de Tours, escrita no início da década de 590 e a *Historia Gothorum*, de Isidoro de Sevilha, escrita entre 620 e 625 (COLLINS, 2005, p. 37-38), obra que segundo estudo interno dos manuscritos teria sido escrita com uma dupla redação, do próprio autor⁵. Em relação a datação da obra de Isidoro foi escrita existe

⁴ Introdução das atas do II Concílio de Toledo: “Concilio Segundo de Toledo, celebrado siendo obispo Montano el 7 de mayo, año quinto del reinado de nuestro señor Amalarico, era 565, con asistencia de ocho obispos”. VIVES, José (Ed.). *Concíllos Visigóticos e Hispano-Romanos*. Ed. Bilingue (Latim-Espanhol). Madrid: CSIC, 1963. p. 42.

⁵ Ler: VELÁZQUEZ, Isabel: “La doble redacción de la Historia Gothorum” en M.A A. Andrés Sanz, J. Elfassi et J. C. Martín, L'édition critique des oeuvres d'Isidore de Séville. Les recensions multiples. Actes du colloque organisé à la Casa de Velázquez et à l'Université Rey Juan Carlos de Madrid (14-15 janvier 2003), 2008 (Collection des Etudes Augustiniennes. Série Moyen Age et Temps Modernes, 44), 91-126. Disponível em:

uma divergência entre o que é apontado por Collins (2005), que defende a datação entre 620 e 625, e Isabel Velázquez Soriano, que aponta entre 621 e 626 (2008, p. 93), porém ambos admitem a autoria de Isidoro de Sevilha e a existência de duas versões da obra. Além da escassez de fontes contemporâneas, a perspectiva de Gregório de Tours, que faz parte de um povo, então, inimigo dos visigodos (os francos) traz ainda mais problemas para o estudo do período por meio da referida fonte. Já no caso de Isidoro, concordamos com Collins que a obra foi escrita muito tempo após os eventos a que ela se refere, além da brevidade com que o autor fala do período ostrogodo, o que também traz dificuldades para a compreensão do que realmente consistiu o domínio ostrogodo na *Hispania* (COLLINS, 2005, p. 38). O autor também questiona se haviam ressentimentos ou conflitos significativos entre os distintos grupos de godos, utilizando para sustentar sua argumentação a eleição de Teudis, em 531 (COLLINS, 2005, p. 38). Sobre o período, Collins também defende que:

Embora as forças militares enviadas pela Itália tenham intervindo em 508 para salvar o reino visigótico da ameaça dos francos, e para expulsar novamente Gesaleico em 511 e 513, isso não parece ter resultado em um assentamento permanente dos ostrogodos na Hispania. (...) O governo direto exercido da Itália teve duração relativamente curta e é possível que os vice-reis ostrogodos tenham formado suas próprias comitivas com membros da nobreza visigótica, resistindo a algumas das demandas de seus chefes, aproveitando o fato de estarem a uma grande distância Itália (COLLINS, 2005, p. 39).

Dessa forma, podemos admitir que parte da nobreza visigoda continuou possuindo alguma representatividade no poder político no período de dominação ostrogoda, porém a efetividade administrativa do poder político central em todo território do Reino de Toledo pode ser questionada devido aos conflitos e tensões

existentes entre o núcleo político dirigente do reino e as aristocracias locais e regionais, conforme já mencionamos antes da dominação ostrogoda. Concordamos mais uma vez com Collins, que afirma que:

O próprio caso de Theudis parece sugerir que o poder permaneceu no nível local nas mãos da nobreza regional, que ainda era, em grande medida, de origem romana, mesmo que as famílias da elite goda, recém chegadas, tenham sido incorporadas (COLLINS, 2005, p. 40).

Portanto, a tensão entre o núcleo aristocrático e os governantes e aristocratas locais e regionais parece ter permanecido existente no período de dominação ostrogoda e uma das estratégias das classes superiores para amenizarem a situação, na tentativa de construir uma teia de relações que permitisse uma governabilidade mais efetiva, pode ter sido a utilização dos casamentos entre aristocratas romanos e germânicos. Assim, matrimônios como o “de Teudis e sua esposa romana, (...) podem ter sido mais frequentes do que pode nos fazer pensar a continua existência de proibições legais para uniões deste tipo” (COLLINS, 2005, p. 40).

Considerações finais

Concluimos que as tensões entre o núcleo aristocrático e as aristocracias locais ou regionais moldaram a dinâmica em que foi construída a estrutura de poder no Reino dos Visigodos. O número reduzido de famílias que compunham o núcleo aristocrático e sustentavam a autoridade da monarquia parece ter alcançado um grau de coesão importante ao longo dos séculos V e VI, por meio de uma teia de interdependências pelas quais esse grupo dominante mantinha a sua posição de destaque nessa sociedade. Com isso, essas famílias impunham uma estrutura de poder que os beneficiava economicamente e politicamente em detrimento das outras classes sociais. Por muitas vezes, essa estrutura política era questionada em várias

regiões da Península por parte de governantes e aristocratas locais, ou com atuações regionais, que pretendiam se sobrepôr ao poder político central estabelecido. Essa dinâmica gerou a necessidade de distribuição de terras, escravos e cargos para garantir a *fidelitas* do núcleo aristocrático para com a monarquia, do mesmo modo que ocorria com as aristocracias locais e regionais. Enquanto o reino esteve em constante expansão territorial, até 507, “as propriedades e os cargos recém adquiridos estavam disponíveis em qualquer momento” (COLLINS, 2005, p. 41) para serem utilizados na manutenção da *fidelitas*, porém “depois de 507 a situação se inverteu, já que muito território foi perdido” (COLLINS, 2005, p. 41). Collins afirma que:

Os reis dispuseram de menos recursos para recompensar os serviços dos que lhes eram fiéis e, em consequência, diminuíram muito seu atrativo para as aristocracias regionais, que competiam para conseguir status local e autoridade. Parece que a extensão física do território controlado pelos reis visigodos foi diminuindo quase continuamente de 507 até o início da década de 570 (COLLINS, 2005, p. 41).

Podemos considerar, portanto, que em grande parte do século VI (507-570) os reis visigodos não possuíam condições materiais favoráveis para recompensar os aristocratas que lhes eram fiéis, o que gerou um cenário propício para tentativas de revoltas por parte das aristocracias locais em algumas regiões da Península Ibérica. Essas nobrezas locais e regionais, que não compunham o núcleo aristocrático, em algumas ocasiões tentavam se sobrepôr a autoridade do rei na região em que possuíam influência e um bom número de dependentes fiéis a eles, buscando maior prestígio e vantagens políticas e econômicas. Por outro lado, essa dificuldade de ordem material parece não ter tido tanto impacto na relação do monarca com o núcleo aristocrático, já que o único episódio de tensão registrado neste período foi a deposição de Gasaleico. A interrupção do governo do rei ocorreu em um contexto de debilidade da monarquia após à derrota em *Vouillé* e no qual o soberano ostrogodo tinha interesses em apoiar Amalarico que era seu neto, em

detrimento do monarca deposto. Além disso Gasaleico já se encontrava desgastado por derrotas militares sofridas. Com exceção do referido episódio, o núcleo aristocrático e a família que ocupava o trono mantiveram, nesse período, um bom grau de coesão, apesar das dificuldades materiais que impediam os monarcas de recompensarem de forma satisfatória essa aristocracia que os sustentavam no poder. Podemos supor que o reduzido número de famílias que compunham esse núcleo aristocrático facilitou a obtenção dessa estabilidade interna e que, sempre que possível, os monarcas priorizavam esse grupo na distribuição de cargos, títulos e bens materiais, quando haviam recursos para recompensar a fidelidade dos que formavam a corte.

Outro fator para considerarmos como estruturante na busca por coesão entre o rei e o núcleo aristocrático era o papel desempenhado pela corte na eleição do monarca. Collins afirma que o “mais provável era que a escolha fosse feita entre os membros dessa nobreza” (COLLINS, 2005, p. 42), o que poderia significar “uma privação de direitos para aqueles que não se encontravam próximos do círculo cortesão e que podiam ter uma posição de destaque no âmbito regional, mas não na corte” (COLLINS, 2005, p. 42). Portanto, o papel de destaque do núcleo aristocrático no processo de escolha de um novo monarca servia como um elemento de coesão desse grupo, pois era sempre alguém de uma dessas poucas famílias que era escolhido para ocupar o trono. Apesar da regra determinar a eleição para a escolha, na prática houveram períodos em que foram estabelecidas verdadeiras dinastias entre os visigodos, o que Collins atribui a um

(...) certo grau de inércia, já que aqueles que, em um certo momento, estavam recebendo benefícios da casa governante não se sentiam inclinados a mudar, por medo de perder privilégios em uma possível redistribuição do patrocínio real (COLLINS, 2005, p. 42).

Enquanto o papel desempenhado pela corte contribuía para estruturar a relação entre a casa real e o núcleo aristocrático, o mesmo tinha um efeito contrário no que se refere a relação entre a casa real e as aristocracias locais e regionais, que

ficavam fora do círculo do poder cortesão e por consequência do processo de escolha do rei, o que gerava descontentamento por parte dessas elites locais. Essa insatisfação nos ajuda a compreender situações de rebeliões provinciais e de coroação de um monarca rival por uma parte da aristocracia regional, que desafiava a autoridade do rei escolhido pela nobreza cortesã (COLLINS, 2005, p. 42). Por outro lado, raramente essas revoltas alcançavam êxito, já que essas nobrezas possuíam “recursos militares mais limitados que os do candidato eleito pela corte” (COLLINS, 2005, p. 42), o que só tornava possível a vitória do grupo rebelde a incompetência militar do candidato do núcleo aristocrático (COLLINS, 2005, p. 42). Mesmo assim, sufocar essas tentativas de deposição do candidato eleito pela corte exigia cooperação e uma boa dose de coesão entre a aristocracia dirigente do reino, que certamente percebia que esses movimentos representavam uma ameaça aos interesses desse seleto e reduzido número de famílias que controlavam o poder político visigodo.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

Chronica Gallica a CCCCL II et DXI, parágrafos 688-691, pp. 665-666. In: *Chronica Minora Saec. IV, V, VI, VII*, ed. Mommsen (vol. 1), Berlim: Weidmann, 1892.

ISIDORO DE SEVILHA. *Historia Gothorum, Vandalorum et Suevorum*. Ed. Bilingue (Latim-Espanhol) de C. Rodriguez Alonso. Leon: Centro de Estudios y Investigación “San Isidoro”, 1975. p. 238-244.

PLRE, vol. 2: *Amalaricus*, pp. 64-65. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=G5W6vCO_pYUC&pg=PA1068&lpg=PA1068&dq=PLRE,+volume+2:+amalaricus&source=bl&ots=8mUxeijstB&sig=ACfU3U0fxTo1aXOIAIUUqsnhJG7_I3E8sw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj5pKT-ytHwAhXVqpUCHdSgCXkQ6AEwA3oECAkQAw#v=onepage&q=PLRE%2C%20volume%20%3A%20amalaricus&f=false. Acesso em 17 de maio de 2021.

VIVES, J. (Ed.). *Concílhos Visigóticos e Hispano-Romanos*. Ed. Bilingue (Latim-Espanhol). Madrid: CSIC, 1963.

Bibliografia secundária

CASTELLANOS, Santiago. Preface In: *The Visigothic Kingdom in Iberia: construction and invention*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2020

COLLINS, Roger. *La España visigoda*, 409-711. Barcelona: Crítica, 2005.

COMITRE, Diogo. Aspectos da entrada da confederação goda nas terras do império romano: poder político e a tentativa de afirmação da monarquia e do núcleo aristocrático no Reino Visigodo (séculos IV e V). *Revista Semina, Passo Fundo*, vol. 21, n. 1, p. 153-167, jan-abril 2022. Semestral.

MARTIN, Maria Sonsoles Guerras. A teoria política visigoda. *Veritas (Porto Alegre)*, 40 (159), 369-378, 1995. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/36009>. Acesso em 09/06/2022.